

03.
Avaliação Ambiental Estratégica
Declaração Ambiental



câmara municipal de tondela
lugar do plano, gestão do território e cultura

ÍNDICE

1. Introdução.....	3
I. A forma como as considerações ambientais e o Relatório Ambiental foram integrados no plano	3
II. Observações apresentadas durante a consulta realizada nos termos do artigo 7.º	4
III. Os resultados das consultas realizadas nos termos do artigo 8.º (Estados Membros da União Europeia)	6
IV. As razões que fundaram a aprovação do plano à luz de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração	6
V. As medidas de controlo previstas	6
2. Anexo	26

1. INTRODUÇÃO

A presente Declaração Ambiental (DA), relativa à Revisão do Plano Director Municipal (PDM) de Tondela, foi elaborada nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, que transpõe para a ordem jurídica interna as Directivas n.º 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho de 2001, e n.º 2003/35/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio de 2003, tendo em consideração os pareceres das entidades consultadas e o resultado da consulta pública realizados, respectivamente, ao abrigo dos n.os 3 e 6 do artigo 7.º do mesmo diploma.

O presente documento apresenta-se estruturado de acordo com os conteúdos definidos para a Declaração Ambiental na alínea b) do n.º 1, do Artigo 10.º do Decreto-lei n.º 232/2007, de 15 de Junho.

Apresenta-se como Anexo à presente Declaração Ambiental o **Parecer Final da Comissão de Acompanhamento**.

I. A FORMA COMO AS CONSIDERAÇÕES AMBIENTAIS E O RELATÓRIO AMBIENTAL FORAM INTEGRADOS NO PLANO

A revisão do PDM de Tondela foi sujeita a um processo de Avaliação Ambiental Estratégica que decorreu com os procedimentos previstos no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, e previamente compatibilizados com o Decreto-Lei n.º 232/2007, que estabelece a avaliação ambiental de planos e programas.

A avaliação ambiental consistiu, em conformidade com a alínea a) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, na identificação, descrição e avaliação dos eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes do Plano, durante o procedimento de elaboração e antes da sua aprovação, tendo-se concretizado na elaboração do relatório ambiental e na realização de consultas às entidades com responsabilidades ambientais específicas.

A Avaliação Ambiental Estratégica da revisão do PDM de Tondela compôs-se, na globalidade, da análise das opções estratégicas e acções previstas com a implementação do Plano, sendo que o âmbito da avaliação se sustentou em cinco factores críticos de decisão, considerados relevantes e decisivos na sustentabilidade ambiental da proposta:

- **Ordenamento e Qualificação do Território**
- **Desenvolvimento Regional e Competitividade**
- **Património Cultural**
- **Qualidade Ambiental**

▪ Alterações Climáticas e Riscos Naturais

Estes factores críticos de decisão integram os factores ambientais e de sustentabilidade previamente identificados e o respectivo quadro de referência estratégico, este último que permitiu avaliar de que forma a revisão do PDM contribui para o alcance das metas estabelecidas aos diferentes níveis.

Os factores ambientais e de sustentabilidade considerados na presente análise enquadram-se directamente nos aspectos patentes na alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, sobre os quais se considerou a possibilidade de ocorrência de efeitos significativos: a biodiversidade, a população, a saúde humana, a fauna, a flora, o solo, a água, o ar, os factores climáticos, os bens materiais, o património cultural (que inclui o património arquitectónico e arqueológico) e a paisagem.

A avaliação ambiental realizada foi estruturada em função dos factores críticos de decisão para os se definiram domínios, que possibilitaram a caracterização da situação existente e da tendência de evolução sem a implementação do plano, nos seus aspectos positivos e negativos.

Na avaliação estratégica de impactes das opções estratégicas da proposta de revisão do PDM foram identificados os impactes para cada domínio considerado em cada factor crítico de decisão, identificando-se quais as principais oportunidades e riscos e apresentando-se recomendações para os mesmos.

De acordo com a Avaliação Ambiental Estratégica desenvolvida, a proposta revisão do PDM apresentou-se como a mais favorável.

A fase de seguimento da Avaliação Ambiental Estratégica, é de importância fulcral para trabalhar as múltiplas dimensões de incerteza que caracterizam qualquer processo de decisão estratégico, pois promove o acompanhamento da implementação do PDM de Tondela, através da monitorização da evolução dos principais indicadores de sustentabilidade, e sua análise face a metas estabelecidas em documentos estratégicos, e ainda possibilita de efectuar uma revisão periódica do plano de controlo proposto no relatório ambiental.

Avaliada a eficácia do plano de controlo proposto, a sua revisão permite aferir, reforçar ou corrigir, aspectos contemplados nas medidas de controlo que têm influência directa nas questões relacionadas com o ordenamento do território e na qualidade ambiental do concelho.

II. OBSERVAÇÕES APRESENTADAS DURANTE A CONSULTA REALIZADA NOS TERMOS DO ARTIGO 7.º

De acordo com o n.º 1 do Artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, a AAE requer que, antes da aprovação do projecto de plano e do respectivo relatório ambiental, a entidade responsável pela sua elaboração (Câmara Municipal de Tondela) promova a consulta das entidades às quais, em virtude das

suas responsabilidades ambientais específicas, seja susceptível de interessar os efeitos ambientais resultantes da sua aplicação.

O Relatório dos Factores Críticos para a Decisão foi sujeito a um processo de consulta dirigido às entidades com responsabilidades ambientais específicas, tendo-se pronunciado: a Agência Portuguesa do Ambiente, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional – Centro, a Administração da Região Hidrográfica do Centro, I.P., a Autoridade Florestal Nacional, a Câmara Municipal de Águeda, Instituto do Património Arquitectónico e Arqueológico, a Guarda Nacional Republicana, Direcção Regional da Agricultura e Pescas do Centro, Instituto da Água I.P. e Autoridade Nacional de Protecção Civil, cujos pareceres foram tidos em conta na elaboração do relatório ambiental preliminar.

O relatório ambiental preliminar, entregue em Março de 2010, foi sujeito ao mesmo processo de consulta dirigido às entidades com responsabilidades ambientais específicas, tendo-se pronunciado a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional – Centro e a Autoridade Nacional de Protecção Civil.

O Relatório Ambiental, que esteve disponível em Consulta Pública, integrou as sugestões das entidades com responsabilidades ambientais específicas, pelo que a maioria das questões identificadas nos pareceres enviados se encontram contempladas no referido relatório.

Por outro lado, de referir que o processo de consulta pública, de acordo com o n.º 6, do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, prevê que *“o projecto de plano ou programa e o respectivo relatório ambiental são submetidos a consulta pública, por iniciativa da entidade responsável pela sua elaboração, tendo em vista a recolha de observações e sugestões formuladas por **associações, organizações ou grupos não governamentais e pelos interessados** que possam de algum modo ter interesse ou ser afectados pela sua aprovação ou pela futura aprovação de projectos por aquele enquadrados”*.

Neste contexto, o projecto de Plano, o respectivo Relatório Ambiental e o Resumo Não Técnico estiveram disponíveis para consulta pública, entre 28 de Agosto e 04 de Outubro de 2010, no sítio da Câmara Municipal de Tondela (www.cm-tondela.pt) e, para consulta em formato papel, na Câmara Municipal, sita no Largo da República, n.º 16.

Durante esta fase de consulta pública, foram recebidas 193 participações, não se tendo verificado participações com referência aos conteúdos retratados pelo Relatório Ambiental ou Resumo Não Técnico.

Findo o período de consulta pública, foi elaborado o relatório de ponderação das participações recebidas durante o período de discussão pública, no qual se procedeu à análise dos pareceres e participações recebidas.

III. OS RESULTADOS DAS CONSULTAS REALIZADAS NOS TERMOS DO ARTIGO 8.º (ESTADOS MEMBROS DA UNIÃO EUROPEIA)

Tendo em consideração o n.º 1, do artigo 8.º, do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, “*Sempre que o plano ou programa em elaboração seja susceptível de produzir efeitos significativos no ambiente de outro Estado Membro da União Europeia ou sempre que um Estado membro da União Europeia susceptível de ser afectado significativamente o solicitar, a entidade responsável pela sua elaboração promove o envio do projecto desse plano ou programa e do respectivo relatório ambiental às autoridades desse Estado membro, através dos serviços competentes do Ministério dos Negócios Estrangeiros*”.

Face à localização territorial restrita, a revisão do PDM de Tondela não é susceptível de produzir efeitos significativos no ambiente de outros países da União Europeia, pelo que não foi realizada a consulta prevista no artigo 8.º, do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho.

IV. AS RAZÕES QUE FUNDARAM A APROVAÇÃO DO PLANO À LUZ DE OUTRAS ALTERNATIVAS RAZOÁVEIS ABORDADAS DURANTE A SUA ELABORAÇÃO

A Avaliação Ambiental Estratégica considerou duas alternativas: a aplicação das normas da proposta de revisão do PDM e a continuidade da aplicação das normas do PDM de 1994.

Neste sentido, em sede de AAE foram avaliados os efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação da proposta de revisão do plano, comparativamente com a situação actual, isto é, com a alternativa zero (não aplicação do plano).

Esta avaliação permitiu concluir que os benefícios ambientais da proposta de revisão do plano são largamente superiores aos possíveis efeitos negativos que este possa vir a provocar, pelo que a alternativa mais vantajosa seria, sem dúvida, a aprovação do plano proposto.

V. AS MEDIDAS DE CONTROLO PREVISTAS

De acordo com o definido na alínea h) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, no Relatório Ambiental deve constar “*uma descrição das medidas de controlo previstas em conformidade com o disposto no artigo 11.º*”.

Estas medidas devem ainda constar da presente Declaração Ambiental e ser objecto de verificação por parte da Câmara Municipal de Tondela, na fase de seguimento do Plano, de forma a identificar e corrigir, atempadamente, os efeitos negativos imprevistos no ambiente decorrentes da aplicação e execução do plano.

Para que a Proposta de Revisão do PDM de Tondela apresente uma contribuição efectiva e positiva para o desenvolvimento sustentável local, regional e global, foi desenvolvido, no Capítulo 9 do Relatório Ambiental, um **Plano de Controlo** que visa assegurar a garantia de cumprimento das directrizes de planeamento, de gestão, de monitorização e avaliação, aquando a execução da revisão do PDM.

O Plano de Controlo, apresentado no Relatório Ambiental, pretende acompanhar o ciclo de planeamento e programação nos 10 anos de duração do PDM, actualmente em fase de revisão.

Importa que este Plano de Controlo seja suportado e monitorizado através dos indicadores de avaliação estratégica previamente seleccionados, com o objectivo de garantir a eficácia e eficiência na execução do Plano.

Para cada um dos indicadores, foram definidas Medidas de Gestão Ambiental e respectivas Acções a desenvolver durante a execução do Plano, que permitirão ao município atingir as metas de sustentabilidade que preconizou, alcançando deste modo as metas definidas em documentos estratégicos.

Tendo em conta o referido no Artigo 11.º da Directiva 2001/42/CE, de 25 de Junho, e no Artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, os resultados das Acções previstas no Plano de Controlo (designadamente as acções de monitorização) serão actualizados com uma periodicidade mínima anual pela entidade responsável pela elaboração do Plano (Câmara Municipal de Tondela), serão divulgados pela entidade referida através de meios electrónicos e posteriormente remetidos à Agência Portuguesa do Ambiente.

O Quadro 1 apresenta os indicadores de sustentabilidade considerados pertinentes, para a fase de acompanhamento e seguimento das diferentes fases de implementação do PDM de Tondela, define as medidas de gestão ambiental e as acções a desenvolver.

O Quadro 2 focaliza particularmente os indicadores de sustentabilidade definidos e o posicionamento do município de Tondela face a metas estabelecidas, quer em documentos estratégicos, quer pela própria autarquia. Apesar de não ter sido possível obter o valor base para todos os indicadores identificados, considera-se importante desenvolver estudos que garantam a informação necessária para a fase de monitorização/seguimento.

Quadro 1 - Plano de Controlo: Indicadores de sustentabilidade, medidas de gestão ambiental e acções a desenvolver.

FCD	Objectivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
Ordenamento e Qualificação do Território	<ul style="list-style-type: none"> Fomentar a organização espacial do território 	População Residente	Criar condições para a fixação da população no concelho, nomeadamente a população em idade activa.
		População Residente por Grupos Etários	
		Área Agrícola de Produção	<ul style="list-style-type: none"> Promover o ordenamento da área agrícola de produção Potenciar a importância económica e social do espaço agrícola de produção Salvaguardar os solos agrícolas em especial os classificados como integrantes da RAN. Controlar a edificabilidade no Solo Rural e a instalação de funções que possam revelar incompatibilidades com a promoção e valorização do espaço agrícola.
		Área Florestal de Produção	<ul style="list-style-type: none"> Promover o ordenamento da área agrícola de produção Controlar a edificabilidade no Solo Rural e a instalação de funções que possam revelar incompatibilidades com a promoção e valorização do espaço florestal. Definir orientações para um adequado ordenamento agrícola e florestal do território, bem como de salvaguarda e valorização da paisagem, de áreas com interesse natural e ou corredores ecológicos relevantes
		Área Florestal de Conservação	<ul style="list-style-type: none"> Promover o ordenamento da área florestal de conservação Definir orientações para um adequado ordenamento agrícola e florestal do território, bem como de salvaguarda e valorização da paisagem, de áreas com interesse natural e ou corredores ecológicos relevantes. Salvaguardar, Preservar e Valorizar as áreas florestais de conservação que integram a REN e o regime florestal
		N.º de acções de promoção do potencial agrícola desenvolvidas por sector ou fileira	Potenciar o desenvolvimento agrícola
	N.º de disfunções corrigidas ou de conflito na localização de infra-estruturas pecuárias (avicultura)	<ul style="list-style-type: none"> Corrigir conflitos na localização de infra-estruturas pecuárias Identificar e resolver situações que provoquem eventuais conflitos de usos com o meio urbano. 	
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar processos de regeneração e requalificação urbana Fomentar a reabilitação e ocupação de edifícios 	Taxa de execução do solo urbanizável	Promover o correcto ordenamento do solo de urbanizável	

FCD	Objectivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
Ordenamento e Qualificação do Território	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar processos de regeneração e requalificação urbana Fomentar a reabilitação e ocupação de edifícios 	Percentagem de novos fogos construídos em solo rural relativamente ao total de novos fogos construídos no município.	Controlar a edificabilidade no Solo Rural e a instalação de funções que possam revelar incompatibilidades com a promoção e valorização do espaço agrícola.
		Número de UOPG executados	Deve ser implementada uma política municipal de reconversão de áreas urbanas degradadas.
		N.º de licenças para construção	Fomento da requalificação urbana: consolidação da malha edificada, criação de espaços públicos com zonas verdes e, identificação de acções necessárias no parque edificado existente, essencialmente no que respeita à recuperação e reconversão de usos.
		N.º de licenças para reconstrução e reabilitação.	
	Variação das reconstruções concluídas por 100 construções novas concluídas.	Promoção da coesão urbana. Garantir uma imagem urbana atractiva. Assegurar a execução, qualificação e tratamento das áreas verdes e dos espaços públicos.	
	<ul style="list-style-type: none"> Fomentar a fruição da floresta nas suas variadas vertentes 	N.º de Zonas de Caça Municipal	Promover o uso da floresta e recursos naturais nas suas várias vertentes
		N.º de Zonas de Pesca;	
		N.º de unidades de turismo em espaço rural (TER).	Promover políticas de atracção e de fixação de novas unidades de turismo em espaço rural (TER)
	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar e potenciar o quadro das acessibilidades intra-concelhias 	N.º de vias requalificadas	Promover um correcto ordenamento da Rede Viária intra e inter-concelhia
		N.º de vias propostas construídas	Promover o uso de transportes públicos como aproveitamento sustentável dos novos traçados rodoviários e das requalificações e rectificações dos traçados já existentes.
		Evolução do tempo de deslocação entre o local de trabalho / estudo.	Controlar e manter os raios de acessibilidade da população a cada um dos equipamentos, em níveis satisfatórios e adequados.
	<ul style="list-style-type: none"> Garantir um nível de infra-estruturação adequado às novas exigências ambientais 	Taxa de cobertura da população concelhia por Infra-estruturas (água).	Garantir o acesso a infra-estruturas básicas a toda a população
		Taxa de cobertura da população concelhia por Infra-estruturas (saneamento).	
Taxa de cobertura da população concelhia por Infra-estruturas (electricidade).			

FCD	Objectivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
Desenvolvimento Regional e Competitividade	Competitividade e Desenvolvimento Regional		
	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar a competitividade e atractividade do município no contexto regional 	Espaços empresariais/industriais estruturados e infra-estruturados	<p>Promover um correcto ordenamento do espaço de actividades económicas, dotando-o de todas as infra-estruturas, ambientais, tecnológicas e outras disponíveis, e recorrendo sempre que possível, à melhor tecnologia disponível.</p> <p>Promover uma correcta utilização e gestão de todas as infra-estruturas, ambientais, tecnológicas e outras.</p> <p>Garantir a disponibilidade e o acesso, de todas as unidades empresariais instaladas, a todas as infra-estruturas, bem como incentivar a incorporação, em todas as actividades das empresas instaladas, de princípios de eco-eficiência e de sustentabilidade ambiental.</p> <p>Evitar a ocupação desnecessária do solo para usos industriais e infra-estruturas associadas.</p>
	<ul style="list-style-type: none"> Criar condições para a atracção e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional 	Nº de novas empresas licenciadas instaladas nas zonas industriais	Estimular a dinâmica e o empreendedorismo da base económica local, desenvolvendo e implementando acções de apoio e de incentivo ao tecido empresarial.
		População Activa	Fomentar a fixação e o desenvolvimento das actividades económicas instaladas no concelho.
		População Activa por Actividades Económicas	Promover a qualificação profissional dos recursos humanos orientada para as necessidades e especificidades do concelho e da região.
		Actividades Económicas (Empresas) Instaladas no Concelho	Fomentar a organização de acções de formação profissional bem como a sua frequência, nas áreas de maior necessidade.
		Taxa de actividade	Desenvolver programas de fomento do empreendedorismo e da iniciativa empresarial.
	Taxa de desemprego	Promover políticas de qualificação progressiva da população activa desempregada.	
	Dinâmica turística		
	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a atractividade turística no Concelho 	Taxa de ocupação hoteleira	<p>Promover o potencial turístico do concelho.</p> <p>Sensibilização dos operadores turísticos, promotores, agentes de viagens, empregados e turistas para a aplicação do Código Mundial de Ética do Turismo.</p> <p>Promover a fixação de iniciativas turísticas em meio rural com viabilidade económica e ambiental, devidamente enquadrada na paisagem.</p>
Número de termalistas		Promoção de floresta como recurso turístico e de lazer.	

FCD	Objectivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas	
Desenvolvimento Regional e Competitividade		Número de percursos temáticos implementados;	Promover o potencial turístico do concelho.	
		Investimento concelhio em turismo.	Sensibilização dos operadores turísticos, promotores, agentes de viagens, empregados e turistas para a aplicação do Código Mundial de Ética do Turismo.	
		Intensidade turística (número de dormidas em milhares/população residente em centenas)	Promover a fixação de iniciativas turísticas em meio rural com viabilidade económica e ambiental, devidamente enquadrada na paisagem.	
	• Desenvolver uma estratégia de marketing e promoção turística	Número de campanhas de promoção turística produzidas.	Promoção de floresta como recurso turístico e de lazer.	
	Qualidade de Vida			
	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a qualidade de vida dos habitantes do concelho; Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural e edificado do concelho Qualificar o Espaço Público 	Variação do ganho médio mensal	<p>Deve ser garantida a manutenção e limpeza dos espaços naturais integrados na estrutura ecológica, diminuindo os riscos de deflagração de incêndios. Sempre que possível, deve favorecer-se a utilização destes espaços pela população, através da criação de espaços de lazer ou percursos pedonais.</p> <p>Realizar inquéritos de opinião para orientar a oferta de soluções às necessidades da população e para recolha de sugestões.</p> <p>Promoção dos espaços verdes.</p> <p>Promover a construção de espaços verdes nas zonas industriais.</p> <p>Assegurar a execução, qualificação e tratamento das áreas verdes e dos espaços públicos.</p> <p>Beneficiação e requalificação dos espaços verdes públicos em todos os aglomerados urbanos.</p> <p>Criação de espaços verdes associados a sistemas de utilização mistos (terrenos agrícolas inseridos nos espaços verdes públicos).</p> <p>Promover o uso sustentável, em termos económicos, sociais e ambientais dos produtos e recursos naturais e culturais do concelho.</p> <p>Implementação das regras de protecção e valorização ambiental definidas para as áreas da Estrutura Ecológica Municipal em solo rural e urbano</p>	
		Capitação de espaços verdes urbanos		
	<ul style="list-style-type: none"> Garantir mobilidade para todos 	Estrutura ecológica municipal	Mobilidade Sustentável (número de Ciclovias e percursos pedonais).	Deve ser fomentada a implementação de uma rede de percursos pedonais e cicláveis urbanos.

FCD	Objectivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
			Aumentar as áreas pedonais e cicláveis no concelho, associadas a actividades de lazer e turismo, complementadas com informação acerca dos locais de passagem (mobilidade e turismo sustentáveis).
		Número de Barreiras arquitectónicas eliminadas	Garantir boas condições de acessibilidade para todos em todos os edifícios que instalem serviços direccionados para o público.
	<ul style="list-style-type: none"> Qualificar a rede de Equipamentos de Utilização Colectiva 	Número de Equipamentos Utilização Colectiva	<p>Promover uma correcta utilização e gestão dos equipamentos.</p> <p>Controlar e manter os raios de acessibilidade da população a cada um dos equipamentos, em níveis satisfatórios e adequados.</p>

FCD	Objectivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
Património Cultural	Identidade Histórica e Cultural		
	<ul style="list-style-type: none"> Preservar edifícios históricos e outras características culturais importantes Promover a reabilitação e dinamização de edifícios históricos 	Obras em edifícios históricos (recuperação/manutenção)	<p>Promover a reabilitação/recuperação em edifícios privados considerados de interesse público.</p> <p>Privilegiar nos projectos de desenvolvimento turístico a recuperação e requalificação de edifícios e espaços de especial interesse patrimonial, cultural ou paisagístico (bens de interesse municipal, construções de referência à arquitectura popular local e aldeias rurais).</p> <p>Assegurar a recuperação ou intervenção para que a mesma seja executada nos edifícios públicos classificados como de interesse.</p> <p>Monitorizar a preservação e conservação dos mesmos.</p>
	<ul style="list-style-type: none"> Preservar locais arquitectónicos e arqueológicos Valorizar a diversidade e a identidade local 	Património arqueológico classificado e em vias de classificação Património arquitectónico classificado em vias de classificação Imóveis inventariados Áreas submetidas a medidas de valorização e protecção patrimonial	<p>Deve ser efectuada a classificação de imóveis, conjuntos ou sítios, considerando os de interesse municipal e pretendendo assegurar por este meio a sua manutenção e recuperação.</p> <p>Elaboração de uma carta arqueológica e de uma carta de risco.</p> <p>Elaboração de estudos e prospecções nos locais com maior potencial arqueológico.</p> <p>Deverão ser estabelecidos procedimentos específicos de salvaguarda arqueológica no âmbito dos instrumentos de gestão territorial (Plano de Urbanização e Plano de Pormenor), de acordo com a legislação aplicável.</p> <p>Deverá ser promovida a salvaguarda e valorização de forma integrada do património concelhio, sempre que seja necessária a execução de infra-estruturas que tragam implicações sobre este património.</p> <p>Sempre que haja ocorrência de achados arqueológicos, no seguimento de intervenções no território (trabalhos de reflorestação e infra-estruturação), terá de ser comunicado às entidades municipais e estaduais responsáveis pelo património cultural ou à autoridade policial.</p> <p>Fomento da inclusão, em planos e programas futuros a elaborar pela autarquia, do registo dos hábitos culturais dos seus habitantes, de forma a ir ao encontro das suas necessidades.</p> <p>Desenvolver e implementar um programa de promoção da qualidade do património edificado e actividades culturais que constituem uma marca do Concelho.</p>

FCD	Objectivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
Qualidade Ambiental	Resíduos		
	<ul style="list-style-type: none"> Promover uma política adequada de gestão de resíduos Valorizar os RSU produzidos no concelho 	Capitação de RSU (Kg/Hab)	<p>Sensibilização para o envio dos resíduos avícolas para a nova central de cogeração (ponto de ponto de injeção da EDP).</p> <p>Implementar uma política de gestão dos resíduos urbanos biodegradáveis (RUBs).</p> <p>Incentivo ao funcionamento das indústrias em “círculo”, promovendo a reutilização e reciclagem de produtos e matérias-primas.</p> <p>Aumentar a taxa de separação de resíduos, através da realização de campanhas de sensibilização ambiental dirigidas a vários tipos de público-alvo e do reforço do número de ecopontos.</p> <p>Promover acções de sensibilização de separação de resíduos relativas à implementação de boas práticas de gestão de resíduos no âmbito da recolha selectiva, e promoção da redução, reutilização e reciclagem dos resíduos produzidos.</p>
		Taxa de separação de resíduos	
		Taxa de reciclagem de resíduos	
	Solo		
	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar a protecção do solo Diminuir a contaminação do solo Minimizar o impacto provocado por resíduos 	Densidade habitacional	<p>Evitar a utilização de áreas com estrutura de solo bem consolidada, equacionando para o mesmo fim a utilização de áreas em que a estrutura do solo já se encontre comprometida.</p> <p>Estabelecer um programa de monitorização dos resíduos valorizáveis e os que vão para aterro</p> <p>Desenvolvimento e implementação de um programa municipal de medidas de gestão ambiental para as actividades agrícolas, de modo a contribuir para a redução da contaminação do solo.</p>
		Produção de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)	
Resíduos Sólidos Urbanos desviados de aterro (% RSU valorizados/RSU produzidos *100)			
<ul style="list-style-type: none"> Manter práticas adequadas de utilização e conservação do solo Aumentar os níveis de protecção do solo Promover a diversificação florestal 	<p>Área de RAN desafectada</p> <p>Área de REN desafectada</p> <p>Área por tipologia de povoamento florestal</p>	<p>Recomenda-se o desenvolvimento de um programa de monitorização específico para as áreas sujeitas a desafecção de REN e RAN, com o objectivo de restringir a expansão de áreas edificadas, de impermeabilização de solos e de urbanização de solos que sejam vocacionados para outros usos, nomeadamente com potencialidades agrícolas.</p> <p>Promover a reabilitação de solos através da utilização de espécies vegetais que favoreçam a melhoria da estrutura do solo e conseqüentemente o cumprimento das suas funções.</p>	

FCD	Objectivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
Qualidade Ambiental	Solo		
	<ul style="list-style-type: none"> Manter práticas adequadas de utilização e conservação do solo Aumentar os níveis de protecção do solo Promover a diversificação florestal 	Área de RAN desafectada	Criação de zonas de intervenção floresta, uma vez que estas permitem um ordenamento florestal mais eficiente e sustentável.
		Área de REN desafectada	
		Área por tipologia de povoamento florestal	
	Água		
	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a protecção e conservação dos recursos hídricos Reduzir os níveis de poluição da água, para níveis que não prejudiquem os sistemas naturais 	Varição da qualidade da água superficial	<p>Assegurar a conservação e sustentabilidade dos recursos hídricos.</p> <p>Promover acções que visem proteger e melhorar a qualidade da água. Estabelecer um programa de monitorização das águas superficiais e subterrâneas.</p> <p>Estabelecer um programa de gestão dos efluentes provenientes das actividades agro-pecuárias Promover acções de sensibilização relativas à preservação dos recursos hídricos</p> <p>Delimitação das zonas de protecção das captações de água para consumo humano e definição das actividades que se podem realizar nas zonas de protecção.</p> <p>Combate as descargas de águas residuais clandestinas de forma a promover a qualidade dos recursos hídricos.</p> <p>Prevenir a degradação da qualidade da água nas origens de captação, através do aumento da cobertura da rede de saneamento e drenagem de águas residuais, da melhoria do tratamento de águas residuais, da erradicação de focos de poluição e sensibilização, combate à poluição difusa e reabilitação e valorização de corredores ribeirinhos e envolventes de barragens.</p>
		Varição da qualidade da água subterrânea	
	<ul style="list-style-type: none"> Garantir serviços de abastecimento de água para consumo humano 	Consumo de água por habitante	Assegurar o uso racional e eficiente da água.
		Varição da percentagem da população servida por sistemas de abastecimento de água para consumo;	Assegurar o cumprimento nas normas de qualidade das águas para consumo humano. Promover acções de sensibilização relativas à poupança de água. Estabelecer um programa de monitorização do consumo de água.
	<ul style="list-style-type: none"> Promover um consumo eficiente e racional do recurso água Reduzir as perdas de água no sistema público de abastecimento 	Perdas no sistema de abastecimento	Deverá ser garantida a manutenção das redes de infra-estruturas de modo a minimizar as perdas e fugas.
Número de iniciativas com vista à promoção do uso eficiente da água		Estabelecer um programa de substituição dos contadores de águas com mais de 15 anos. Implementar as 13 medidas prioritárias definidas no PNUEA para o sector urbano.	

FCD	Objectivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
Qualidade Ambiental	Água		
	<ul style="list-style-type: none"> Garantir serviços de drenagem e de tratamento de águas residuais. Aumentar a cobertura da rede pública de saneamento 	População servida por sistema público de drenagem de águas residuais	Reforçar a capacidade de drenagem e tratamento de águas residuais e efluentes, diminuindo o actual défice dos níveis de atendimento destes serviços.
		População servida por sistemas tratamento de águas residuais públicos	Promover a ligação de habitações com fossas sépticas à rede de saneamento sempre que esta esteja disponível. Monitorização da eficiência e estado de conservação dos sistemas de tratamento de águas residuais, de modo a prevenir descargas de efluentes não tratados e contaminação dos meios receptores.
	<ul style="list-style-type: none"> Promover a ligação a rede pública de drenagem e tratamento de águas residuais das unidades de avicultura do concelho 	Número de unidades de avicultura com sistema próprio de tratamento de efluentes	Promover o cumprimento da legislação aplicável relativamente ao tratamento e descarga dos efluentes.
	Ruído		
	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a emissão de níveis de ruído que não perturbem a saúde humana e o bem-estar das populações 	Taxa de habitantes expostos por níveis de ruído superiores aos legalmente estabelecidos	Elaboração do Plano Municipal de Redução de Ruído, prioritariamente para as áreas em incumprimento dos níveis sonoros em 5 ou mais db(A).
Planos de Redução do Ruído		Melhoria dos pavimentos das vias existentes, e o cuidado na escolha do tipo de pavimentação para as vias propostas, trará uma minimização do ruído. Concentração nos espaços industriais das unidades geradoras de tráfego pesado.	
Medidas de minimização de ruído		Prevenir e controlar a emissão de poluição sonora nas Zonas Mistas e Sensíveis. Todas as acções a realizar no solo urbano devem respeitar a disciplina constante do futuro Regulamento Geral do Ruído. A mitigação dos impactos identificados, e previstos, ao longo da rede viária, deverá privilegiar a utilização de sebes vivas como barreira sonora uma vez que esta solução apresenta vantagens ambientais adicionais, relativamente à promoção da qualidade do ar e à valorização e integração paisagística. Desenvolver e implementar um sistema de monitorização de ruído nas zonas urbanas mais sensíveis.	

FCD	Objectivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
Qualidade Ambiental	Ar		
	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir a poluição do ar • Diminuir as emissões de gases com efeito de estufa • Reduzir a vulnerabilidade e os efeitos de alterações climáticas (constrangimentos no tráfego devido a condições climáticas extremas, etc.) • Aumentar a oferta de modos de transporte sustentáveis e alternativos 	Qualidade do ar	<p>Assegurar o cumprimento dos valores-limite estipulados para os poluentes regulamentados</p> <p>Promover um conjunto de acções que visem diminuir a emissão de GEE e controlar a emissão de poluentes para a atmosfera</p> <p>Promoção e acompanhamento da gestão florestal, de modo a assegurar o equilíbrio entre a utilização da biomassa florestal como matéria-prima e a sua função como sumidouro de dióxido de carbono.</p> <p>Criação de condições que favoreçam a adopção de meios de transporte mais sustentáveis (mobilidade sustentável) que além de beneficiar o ambiente urbano, em termos de qualidade do ar, também melhora a comodidade acústica e a vivência urbana.</p> <p>Realizar campanhas de sensibilização para a utilização de meios de transporte mais sustentáveis.</p>
		Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites	
		Consumo de gás natural	
		Consumo de combustível automóvel por habitante	
		Repartição modal TI-TC no Concelho	
Número de empresas sujeitas ao Comércio Europeu de Licenças de Emissão.	As empresas sujeitas ao CELE deverão seguir os requisitos de monitorização definidos pela legislação específica.		

FCD	Objectivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
Alterações Climáticas e Riscos Naturais	Energia		
	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da Eficiência Energética • Utilização Racional de Energia 	Varição do consumo de energia eléctrica por edifício	<p>Promover a eficiência energética dos edifícios camarário e da iluminação pública.</p> <p>Promover acções de sensibilização relativas à poupança de energia.</p> <p>Desenvolver e implementar um sistema de contabilização e monitorização do desempenho energético concelhio.</p>
		Varição do consumo de energia eléctrica por habitante;	
		Varição do consumo de energia em iluminação de edifícios públicos	
		Varição do consumo de energia em iluminação pública	
	Percentagem de edifícios novos com certificação energética igual ou superior a B-		
	<ul style="list-style-type: none"> • Utilização de Fontes de Energia Renovável 	Potencia instalada de Fontes de Energia Renovável	<p>Promover a produção e utilização das energias renováveis no concelho.</p>
Quantidade de resíduos orientados para a produção energética (RSU, resíduos florestais).			

FCD	Objectivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
	Alterações climáticas		
	<ul style="list-style-type: none"> Alterações climáticas 	Quantidades de GEE	Promover um conjunto de acções que visem diminuir a emissão de GEE e controlar a emissão de poluentes para a atmosfera.
		Numero de edifício camarários certificação energética.	Cumprir a legislação em vigor relativa à Certificação Energética de Edifícios, principalmente para edifícios a construir ou remodelar.
		Medidas para promover a eficiência energética dos edifícios	Desenvolver e implementar um sistema de contabilização e monitorização das emissões de CO2.
	Incêndio		
	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir a ocorrência de incêndios florestais e em edifícios 	Área com risco Alto e Muito Alto de incêndio	Assegurar o cumprimento das orientações e responsabilidades estabelecidas no PROF-DL.
		Área ardida - acontecimentos	Monitorizar a implementação dos planos de emergência.
		Área ardida	

FCD	Objectivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
Alterações Climáticas e Riscos Naturais	Incêndio		
	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir a ocorrência de incêndios florestais e em edifícios 	Grau de cumprimento do PMDFCI	Implementação das medidas do Plano Municipal de Defesa Contra Incêndios.
		Número de corporações de Bombeiros	Garantir a existência de corporações de bombeiros que respondam às necessidades
	Inundações		
	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar os níveis de protecção do solo Diminuir a população em áreas de inundação 	Precipitação	Avaliação e actualização da informação disponível no que se refere às variações do ciclo da água no Concelho nas suas diferentes fases
		Áreas inundadas	Garantir o cumprimento de boas práticas de protecção do solo e dos ecossistemas no que refere a solos com características passíveis de inundação, em fase de construção e de seguimento de projectos. Implementação das medidas do regulamento de segurança da barragem do Paúl após a sua elaboração.
	<ul style="list-style-type: none"> Diminuir a possibilidade de ocorrência de cheias 	Ocorrência de cheias	As linhas de drenagem devem ser libertas de qualquer intervenção e limpas com alguma regularidade, pois poderão ser importantes durante episódios de forte intensidade de precipitação.
		Grau de cumprimento do Plano de Emergência Municipal (PEM)	Elaboração, divulgação e implementação das medidas do Plano Municipal de Emergência.
	Riscos antrópicos		
	<ul style="list-style-type: none"> Diminuir os efeitos resultantes de acidentes com matérias perigosas Diminuição do número de incêndios industriais 	Número de acidentes com transportes de matérias perigosas.	Proibição e controlo do atravessamento dos aglomerados urbanos por veículos de transporte de matérias perigosas.
		Número de incêndios industriais.	Monitorizar a ocorrência de derrames de matérias perigosas e de incêndios industriais. Avaliar os efeitos da área contaminada.
		Número de empresas com planos de planos de emergência internos	Avaliação das indústrias concelhias com planos de emergência internos. Monitorizar a implementação dos planos de emergência.
Grau de cumprimento do Plano Municipal de Emergência		Elaboração, divulgação e implementação das medidas do Plano Municipal de Emergência.	

Quadro 2 - Plano de Controlo: Indicadores de sustentabilidade e posicionamento do Município de Tondela face a metas estabelecidas em documentos estratégicos.

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base Município Tondela	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	Metas pretendidas para o Concelho	
Ordenamento e Qualificação do Território	Ordenamento do Território						
	População Residente	N.º	-	30698	2008 / INE		
	População Residente por Grupos Etários	0-14	N.º	-	3624	2008 / INE	
		15-24	N.º	-	3565	2008 / INE	
		25-64	N.º	-	16042	2008 / INE	
		65 ou mais anos	N.º	-	7471	2008 / INE	
	Área Agrícola de Produção	%	-	11,9	2009 / Revisão PDM	11,9	
	Área Florestal de Produção	%	-	52,4	2009 / Revisão PDM	52,4	
	Área Florestal de Conservação	%	-	27,5	2009 / Revisão PDM	27,5	
	N.º de acções de promoção do potencial agrícola desenvolvidas por sector ou fileira;	Nº	-	*		NA	
	N.º de desfuncionalidades corrigidas ou de conflito na localização de infra-estruturas pecuárias (avicultura).	Nº	-	*		NA	
	Taxa de execução do solo urbanizável	%	-	*		NA	
	Percentagem de novos fogos construídos em solo rural relativamente ao total de novos fogos construídos no município.	%	-	0			
	Número de UOPG executados	Nº	-	3	2009 / Revisão PDM	6	
	N.º de licenças para construção	Nº/ano	-	210	2009 / Revisão PDM	Aumentar/manter	
	N.º de licenças para reconstrução e reabilitação.	Nº/ano	-	92	2009 / Revisão PDM	Aumentar/manter	
	Variação das reconstruções concluídas por 100 construções novas concluídas.	%	-	20,8	2006 / INE	Aumentar/manter	
	N.º de Zonas de Caça Municipal	Nº	-	8	2009 / Revisão PDM	Aumentar/manter	
	N.º de Zonas de Pesca;	Nº	-	5	2009 / Revisão PDM	Aumentar/manter	
	N.º de unidades de turismo em espaço rural (TER).	Nº	-	6	2009 / Revisão PDM	Aumentar/manter	
N.º de vias requalificadas	Nº	-	8	2009 / Revisão PDM	8		
Nº de vias propostas construídas	Nº	-	1	2009 / Revisão PDM	1		

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base Município Tondela	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	Metas pretendidas para o Concelho	
	Evolução do tempo de deslocação entre local trabalho /estudo.	min	-	15 (69% da população)	2009 / Revisão PDM	Reduzir/manter	
Ordenamento e Qualificação do Território	Taxa de cobertura da população concelhia por Infra-estruturas (água).	%	95 (PEAASAR)	94	2009 / Revisão PDM	95 (até 2013)	
	Taxa de cobertura da população concelhia por Infra-estruturas (saneamento).	%	90 (PEAASAR)	69	2006 / INE	90 (até 2013)	
	Taxa de cobertura da população concelhia por Infra-estruturas (electricidade).	%	-	98,5	2009 / Revisão PDM	98,5	
Competitividade e Desenvolvimento Regional							
Desenvolvimento regional e competitividade	Espaços empresariais/industriais estruturados e infra-estruturados.	Nº	-	4	2009 / Revisão PDM	5	
	Nº de novas empresas licenciadas instaladas nas zonas industriais	Nº	-	0		Aumentar	
	População Activa	Nº	-	13 333	2001 / INE	Aumentar/manter	
	População Activa por Actividades Económicas	Sector Primário	Nº	-	2184	2001 / INE	Aumentar/manter
		Sector Secundário	Nº	-	4559	2001 / INE	Aumentar/manter
		Sector Terciário	Nº	-	5751	2001 / INE	Aumentar/manter
	Actividades Económicas (Empresas) Instaladas no Concelho	Nº	-	2718	2006 / INE	Aumentar/manter	
	Taxa de actividade	%	-	42,8	2001 / INE	Aumentar/manter	
	Taxa de desemprego	%	-	6,4	2001 / INE	Reduzir/manter	
	Dinâmica Turística						
	Taxa de ocupação hoteleira	%	-	35,3	2008 / INE	Aumentar/manter	
	Número de termalistas	Nº	-	1181	2007 / DGE	Aumentar/manter	
	Número de percursos temáticos implementados;	Nº	-	10	2009 / Revisão PDM	Aumentar/manter	
	Investimento concelhio em turismo.	€	-	*		NA	
	Intensidade turística (nº de dormidas em milhares/população residente em centenas)	Índice Turismo sustentável: IT<1,1; Turismo pouco sustentável: 1,1<=IT<=1,5; Turismo insustentável: IT>1,5		IT<1,1 (ENDS)	0,15	2008 / INE	IT<1,1
Número de campanhas de promoção turística produzidas.	Nº	-	*		NA		
Qualidade de Vida							

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base Município Tondela	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	Metas pretendidas para o Concelho
	Varição do ganho médio mensal	€		810,42	2008 / INE	Aumentar/manter
Desenvolvimento regional e competitividade	Capitação de espaços verdes urbanos	m ² /habitante		4,9	2009 / Revisão PDM	12
	Estrutura ecológica municipal	ha		-	2009 / Revisão PDM	
	Mobilidade Sustentável (número de Ciclovias e percursos pedonais)	Km		38	2009 / Revisão PDM	88
	Número de Barreiras arquitectónicas eliminadas	Nº		*		NA
	Número de Equipamentos Utilização Colectiva.	Nº		635	2009 / Revisão PDM	642
Património Cultural	Identidade Histórica e Cultural					
	Obras em edifícios históricos (recuperação/manutenção)	Nº		7	2009 / Revisão PDM	Aumentar
	Património arqueológico classificado e em vias de classificação	Nº		8	2008 (IPA)	Aumentar/manter
	Património arquitectónico classificado em vias de classificação	Nº		14	2008 (IPPAR)	Aumentar/manter
	Imóveis inventariados	Nº		296	2009 / Revisão PDM	Aumentar/manter
	Áreas submetidas a medidas de valorização e protecção patrimonial	ha		-		
	Circuitos históricos e culturais	Nº		10	2009 / Revisão PDM	Aumentar/manter
	Eventos culturais	Nº		6	2009 / Revisão PDM	Aumentar/manter
	Taxas de evolução das dormidas ((número de dormidas ano n- nº de dormidas ano n-1) / (número de dormidas ano n-1*100))	%		12,4	2008 / INE	Aumentar/manter
	Taxas de evolução de hospedes ((número de hospedes ano n- nº de hospedes ano n-1) / (número de hospedes ano n-1*100))	%		3	2008 / INE	Aumentar/manter
Qualidade Ambiental	Resíduos					
	Capitação de RSU	(Kg/Hab)	- 225 000 ton até 2011 (base 1995) (ENDS)	345,8	Ecobeirão/2008	Reduzir
	Taxa de separação de resíduos	%		4,6	Ecobeirão/2008	Aumentar
	Taxa de reciclagem de resíduos	%		7	Ecobeirão/2008	Aumentar
	Solo					
	Densidade habitacional	Alojamentos existentes/km2		46,8	2009 / Revisão PDM	
Produção de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)	ton/ano	- 225 000 ton até 2011 (base 1995)	10773,46	Ecobeirão/2008	Reduzir	

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base Município Tondela	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	Metas pretendidas para o Concelho	
			(ENDS)				
Qualidade Ambiental	Resíduos Sólidos Urbanos desviados de aterro (% RSU valorizados/RSU produzidos *100)	%	-	4,6	Ecobeirão/2008	Aumentar	
	Área de RAN desafectada	ha	-	0		0	
	Área de REN desafectada	ha	-	0		0	
	Área por tipologia de povoamento florestal	ha	-	Pinheiro Bravo -3633 ha Eucalipto -3251 ha	2009 / Revisão PDM		
	Água						
	Varição da qualidade da água superficial	Índice	-	Razoável	INAG/2008	Boa	
	Varição da qualidade da água subterrânea	Índice	-	Boa	INAG/2008	Boa	
	Consumo de água por habitante	m³/h	-	32	2006 (INE)	Reduzir/manter	
	Varição da percentagem da população servida por sistemas de abastecimento de água para consumo;	%	95 (PEAASAR)	94	2009 / Revisão PDM	95 (até 2013)	
	Perdas no sistema de abastecimento	%	15% até 2020 (PNA)	30%	PBHRM/2002	15% (até 2013)	
	Número de iniciativas com vista à promoção do uso eficiente da água	Nº		*		NA	
	População servida por sistemas de drenagem de águas residuais (%)	%	90 (PEAASAR)	69	2005 (INE)	90 (até 2013)	
	População servida por sistemas de tratamento de águas residuais (%)	%	90 (PEAASAR)	69	2005 (INE)	90 (até 2013)	
	Número de unidades de avicultura com sistema próprio de tratamento de efluentes	Nº	-	187	2009 / Revisão PDM	NA	
	Ruído						
	População exposta a níveis sonoros Lden > 65 dB (A) - Zonas mistas	%	0 (RGR)	1	2009 (Mapa de Ruído, Proposta PDM Tondela)	0	
	População exposta a níveis sonoros Ln > 55 dB (A) - Zonas mistas	%	0 (RGR)	1		0	
	População exposta a níveis sonoros Lden > 55 dB (A) - Zonas sensíveis	%		13		Reduzir	
	População exposta a níveis sonoros Ln > 45 dB (A) - Zonas sensíveis	%		14		Reduzir	
	Planos de Redução do Ruído	n.º		0	2009 / Revisão PDM		

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base Município Tondela	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	Metas pretendidas para o Concelho
Qualidade Ambiental	Medidas de minimização de ruído	€/ha		0	2009 / Revisão PDM	
	Ar					
	Qualidade do ar	Índice	Boa (ENDS)	Boa	2007(qualar)	Boa
	Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites	dias	-	Ozono-LA -0;Ozono-LIP -6;Partículas <10µm-1	2007(qualar)	Reduzir/manter
	Consumo de gás natural	Nm ³	-	2923	2007/DGEG	Aumentar/manter
	Consumo de combustível automóvel por habitante	(tep/ hab.)	-	0,3	2007/INE	Reduzir/manter
	Repartição modal TI-TC no Concelho	%	-	44,3/17,5(TI/TC)	2001 /INE	Aumentar a % de TC
	Número de empresas sujeitas ao Comércio Europeu de Licenças de Emissão.	n.º	-	0	2009 / Revisão PDM	NA
Alterações Climáticas e Riscos Ambientais	Energia					
	Varição do consumo de energia eléctrica por edifício	KW/edifício	-1%/ano (ENDS)	5884,6	2007 /INE	-1% por ano
	Varição do consumo de energia eléctrica por habitante;	KW/hab	-1%/ano (ENDS)	3577,5	2007 /INE	-1% por ano
	Varição do consumo de energia em iluminação de edifícios públicos	Kw	-1%/ano (ENDS)	4 045 166	2007 /INE	-1% por ano
	Varição do consumo de energia em iluminação pública	KW	-2%/ano (PNAC)	6 078 122	2007 /INE	-2% por ano
	Percentagem de edifícios novos com certificação energética igual ou superior a B-	%		33	ADANE/2009	Aumentar
	Potencia instalada de Fontes de Energia Renovável	MW		103,2	2009(CMT)	106,2
	Quantidade de resíduos orientados para a produção energética (RSU, resíduos florestais).	T/ano				NA
	Alterações climáticas					
	Quantidades de GEE (CO2)	T/Km2		206	2007/APA	Reduzir
	Numero de edificio camarários certificação energética.	Nº	Certificação energética de todos os edificios do estado e 20% com classe igual ou superior a B- (PNAC)	0	2009 / Revisão PDM	Certificação energética de todos os edificios do estado e 20% com classe igual ou superior a B- (PNAC)
Medidas para promover a eficiência energética dos edificios.	Nº		*		NA	

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base Município Tondela	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	Metas pretendidas para o Concelho
Alterações Climáticas e Riscos Ambientais	Incêndio					
	Área com risco Alto e Muito Alto de incêndio	ha		145,6	2009/PMDFCI	145,6
	Área ardida - acontecimentos	Nº/ano	-	63	2009/PMDFCI	63
	Área ardida	ha/ano	Eliminar incêndios com áreas superiores a 1000 ha até 2012; área média anual ardida inferior a 0,8% da superfície florestal até 2018 (ENDS/ENF).	64	2009/PMDFCI	Eliminar incêndios com áreas superiores a 1000 ha até 2012; área média anual ardida inferior a 0,8% da superfície florestal até 2018 (ENDS/ENF).
	Grau de cumprimento do PMDFCI	%		*	2009/PMDFCI	NA
	Número de corporações de Bombeiros	Nº	-	2	2008/INE	2
	Inundações					
	Precipitação	mm/ano	-	1600	2009 / Revisão PDM	NA
	Áreas inundadas	ha/ano	-	0	2009 / Revisão PDM	
	Ocorrência de cheias	Nº/ano	-	0	2009 / Revisão PDM	
	Grau de cumprimento do Plano de Emergência Municipal (PEM)	%				As definidas no PME
	Acidentes Industriais					
	Número de acidentes com transportes de matérias perigosas.	Nº/ano		0	2009 / Revisão PDM	0
	Número de incêndios industriais.	Nº/ano		*		NA
	Número de empresas com planos de planos de emergência internos	Nº/ano	-	*	-	NA
	Grau de cumprimento do Plano Municipal de Emergência	%		0	2009 / Revisão PDM	As definidas no PME

* - Indicadores para os quais existem lacunas de informação, recomendando-se quando necessário a elaboração de estudos de suporte à sua caracterização na Fase de Seguimento; NA - Não Aplicável.

03.

[avaliação ambiental estratégica - declaração ambiental](#)



2. ANEXO

Anexo I - Parecer Final da Comissão Técnica de Acompanhamento